

# Avaliação do Operação Segurança Presente no Rio de Janeiro

Flávio Valle\*      Leonardo Moog<sup>†</sup>

6 de fevereiro de 2026

## Resumo

Este artigo se propõe a avaliar os efeitos do programa *Operação Segurança Presente* sobre indicadores de criminalidade no Estado do Rio de Janeiro. É utilizado modelo escalonado de diferenças em diferenças para identificar os efeitos do programa sobre diversas modalidades de roubos e furtos nas regiões do Estado que o receberam. Encontramos evidências de que o programa exerce algum efeito sobre os roubos, mas tais efeitos tipicamente carecem de significância estatística e tendem a esvanecer com o tempo. Além disso, nenhum efeito é encontrado sobre os furtos. Os resultados sugerem que a eficácia do programa é, portanto, limitada - ainda que os dados indiquem a existência de alguns efeitos positivos.

**Palavras-chave:** Segurança pública, Segurança Presente, Diferenças em diferenças.

---

\*FGV EBAPE

<sup>†</sup>Câmara Municipal do Rio de Janeiro

# 1 Introdução

Iniciado em 2014, a *Operação Segurança Presente*, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, é uma iniciativa que tem como objetivo complementar a atuação regular da Polícia Militar, reforçando o patrulhamento e a segurança pública, mas também promovendo o atendimento a demandas sociais. Trata-se da chamada “abordagem de proximidade”, em que se busca um contato mais direto e próximo entre os policiais e a população, reforçando os vínculos comunitários entre sociedade civil e forças de segurança. O efetivo é formado por policiais militares, agentes civis egressos das Forças Armadas e assistentes sociais, com o patrulhamento sendo feito a pé, de motocicleta e viaturas.

O programa teve início no bairro da Lapa, quando a Operação Lapa Presente foi iniciada em 1º de janeiro de 2014 e uma base de operações foi inaugurada no bairro. O intuito era reforçar o policiamento feito pelo 5º Batalhão da Polícia Militar (Centro), que, à época, encontrava dificuldades em conter o avanço da criminalidade na região. Devido à boa receptividade por parte da mídia e da população, o *Operação Segurança Presente* passou, a partir do ano seguinte, a ser expandido para outras áreas da cidade - predominantemente em bairros da Zona Sul e na região central da cidade.

Entre os anos de 2015 e 2017, essa expansão foi marcada por um modelo de financiamento compartilhado, que incluía a participação tanto do setor privado - através da Fecomércio<sup>1</sup> - como do Poder Executivo Municipal em algumas das bases inauguradas<sup>2</sup>.

Entretanto, em 2018, um parecer emitido pela Controladora Geral da União declarou que o convênio firmado entre Governo do Estado e Fecomércio fugia ao escopo institucional da entidade - associando, inclusive, a iniciativa a um processo de criação de milícia, uma vez que se tratava de parceria entre instituição privada e um ente público, o que, segundo o CGU, oficializava a criação de uma organização paramilitar. Diante disso, a Fecomércio anunciou o fim do financiamento do programa em 2018, colocando sua continuidade em risco.

Diante do risco de interrupção da iniciativa, o Governo do Estado assegurou os recursos necessários para sua manutenção ao longo de 2018 e, a partir de 2019, passou a vigorar um novo modelo de financiamento integral por parte do Governo do Estado, que, sob a liderança do recém-empossado governador Wilson Witzel, passou a expandir a iniciativa para outras áreas da capital e também para diversos municípios em todo o estado. A operação, que se tornou uma das maiores bandeiras políticas do Governo do Estado na área da segurança pública, ainda hoje se encontra em plena expansão, tendo inaugurado diversas novas bases em 2024 e superando a marca de 50 bases em todo o estado em 2025.

---

<sup>1</sup>A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro é uma entidade que reúne representantes de diversos setores no intuito de promover um ambiente de negócios favorável no Estado do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup>A base da Lapa foi financiada exclusivamente pelo Governo do Estado. A Prefeitura financiou parcialmente as bases inauguradas no Centro, enquanto a Fecomércio foi responsável por financiar em parte as demais bases

Entretanto, o *Operação Segurança Presente* também já foi alvo de diversas polêmicas. Um relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2020) constatou que apesar dos gastos com o programa terem aumentado mais de 300% de um ano para o outro, o crime não havia caído nas áreas cobertas pelo programa. O órgão também questionava o fato de que as despesas com efetivo policial do programa não foram reduzidas durante a pandemia (quando medidas de confinamento reduziram significativamente a ocorrência de crimes), assim como o critério para a alocação das forças policiais do programa, que não parecia priorizar os bairros mais violentos. Era criticada também a ausência de divulgação de dados referentes ao programa, como custo mensal das bases de operações ou metas de redução de criminalidade, o que compromete a transparência e dificulta uma avaliação precisa acerca dos custos e benefícios da iniciativa.

Apesar de alguns números serem frequentemente citados como indicadores do bom funcionamento da iniciativa (por exemplo, a quantidade de abordagens policiais ou de pessoas conduzidas à delegacia por agentes do programa), ainda não há uma avaliação quantitativa rigorosa acerca dos impactos do *Operação Segurança Presente* sobre os indicadores de criminalidade no Estado do Rio de Janeiro. É justamente essa lacuna que o presente estudo visa preencher. Ao estimar de maneira rigorosa os efeitos do programa - em operação há mais de uma década e alvo de forte expansão nos últimos anos - esperamos contribuir para a formação de um debate de segurança pública mais bem-informado acerca do que efetivamente funciona, pautado sempre em dados e evidências.

## 2 Revisão da Literatura

### 2.1 Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a abordagem de nosso estudo remete à literatura de Estudos de Evento (*Event Studies*) e modelos de Diferenças em Diferenças (*Differences in Differences*, ou DiD) - especialmente variantes que permitam a avaliação em múltiplos períodos ou com adoção escalonada de tratamento.

A referência metodológica principal nesse caso é Callaway and Sant'Anna (2021), cujo modelo é implementado nesse artigo através do pacote **did**, para R, desenvolvido pelos próprios autores. Estudos brasileiros recentes sobre segurança pública têm utilizado abordagens similares com sucesso, como veremos a seguir. O modelo em questão é uma generalização do arcabouço tradicional do DiD 2x2 que permite múltiplos períodos de tempo, assim como versões condicionais, mais brandas, da hipótese de tendências paralelas. Em particular, a especificação proposta consegue evitar o problema conhecido como “pesos negativos”, que surge quando estimadores do tipo TWFE (*two way fixed effects*), usuais na literatura, são utilizados em contextos onde há variação temporal no efeito médio do tratamento. Sobre esse problema, suas consequências e causas, recomendamos

também a leitura de Goodman-Bacon (2021). Para uma abordagem mais introdutória acerca do uso de modelos DiD na avaliação de políticas públicas indicamos Souza and Lima (2025).

## **2.2 Policiamento e criminalidade: uma síntese de evidências internacionais**

Olhando para as experiências internacionais, parece haver evidências de que o policiamento focado é eficaz na redução da criminalidade e da violência. Braga et al. (2019) conduzem uma meta-análise de 65 estudos - 51 nos EUA, quatro no Reino Unido, quatro na Suécia e seis em outros países - conduzidos entre 1989 e 2017. Os resultados indicam que o policiamento de *hotspots*, isto é, pequenas áreas onde há concentração de delitos realmente reduz a criminalidade - incluídos aí delitos relacionados à ordem pública, a entorpecentes, crimes contra a propriedade e violentos. Ademais, os autores notam que não parece haver efeitos significativos de “*displacement*”, ou seja, uma vez policiados esses *hotspots*, o crime não é simplesmente relocado para outra área. Pelo contrário, parece haver indícios justamente de que áreas vizinhas se beneficiam de externalidades positivas advindas do maior controle policial sobre áreas adjacentes.

Braga et al. (2015) também conduzem uma meta-análise de 30 experimentos randomizados e métodos quase-experimentais para determinar o efeito de intervenções de policiamento sobre desordenamento público sobre a criminalidade. Os autores encontram evidências de que estratégias de policiamento voltados para o ordenamento estão associadas a um efeito modesto, porém estatisticamente significativo, de redução nos crimes. De particular interesse é a conclusão de que os efeitos observados são heterogêneos e dependem fortemente do tipo de intervenção realizada: programas comunitários e intervenções para resolver problemas específicos tendem a gerar mudanças mais significativas do que estratégias de manutenção agressiva da ordem.

## **2.3 Policiamento e criminalidade: caso brasileiro**

Para o caso brasileiro, julgamos conveniente destacar dois estudos que se assemelham bastante ao nosso. O primeiro é o estudo de Monteiro et al. (2024), que analisa o efeito do programa de policiamento RAIO (*Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas*), um novo grupamento policial de patrulhamento tático, no Ceará. O programa foi expandido de maneira faseada em diferentes municípios do Estado a partir de 2015. Os autores utilizam um modelo de diferenças em diferenças e exploram o caráter gradual de expansão do programa para identificar seus efeitos sobre indicadores de criminalidade como crimes violentos letais intencionais, apreensão de armas de fogo e crimes violentos patrimoniais. Assim como o RAIO, o *Operação Segurança Presente* também foi ampliado de maneira

faseada a partir de seu início em janeiro de 2014, e nossas estimativas advêm de um modelo DiD, assim como as de Monteiro et al. (2024).

Outra referência relevante é Cardoso (2024), que utiliza um modelo DiD de múltiplos períodos para avaliar a eficácia do programa *RS Seguro* na redução de crimes violentos e roubos de veículos. O modelo utilizado no artigo é semelhante ao nosso. A principal diferença é que, no contexto do *RS Seguro*, a implementação do programa foi feita em somente duas fases, ao passo em que no caso do *Operação Segurança Presente* há uma grande variedade de coortes, como será mostrado na próxima seção. O artigo encontra resultados mistos no que se refere à eficácia o programa, havendo impacto significativo sobre os Crimes Violents Letais Intencionais (CVLI), mas sendo incapaz de reduzir os roubos de veículos e outros indicadores criminais, como violência contra a mulher, furtos ou tráfico de entorpecentes.

Há outras análises interessantes. Por exemplo, Magaloni et al. (2015) buscam estimar os impactos das UPPs - uma das mais notáveis políticas de segurança pública das últimas décadas no Rio de Janeiro - sobre indicadores de violência. Apesar de a proposta e o desenho das UPPs serem completamente distintos do *Operação Segurança Presente*, ainda assim trata-se de uma política pública, em certo sentido, de policiamento de proximidade. Os autores mostram que a instalação das UPPs não foi relevante para a redução observada no número de homicídios na cidade ao longo do período sob análise. Notam, porém, que as mortes causadas por policiais foram substancialmente menores após a implementação das UPPs. Os autores observam que há grande heterogeneidade de efeitos a depender da comunidade analisada - e que as UPPs foram mais eficazes em comunidades com maiores níveis de alfabetização, o que sugere que a pacificação das favelas não depende somente da presença policial, mas também da inclusão social e do provimento de serviços públicos essenciais.

Finalmente, Neto et al. (2022) usa o método de controle sintético para avaliar a eficácia do *Programa Pacto pela Vida*, implementado pelo governo de Pernambuco em 2007 com a finalidade de frear o aumento das taxas de homicídios verificado então. O artigo sugere que o programa foi eficaz na contenção da escalada da violência até o ano de 2014 - deixando de surtir efeito a partir de então. Este último ponto é relevante porque deixa clara a necessidade de considerar não só o efeito agregado das políticas avaliadas, mas também a persistência de tais efeitos no tempo. Como veremos, este padrão de eficácia temporária parece se repetir também em nossa análise.

## 3 Dados

### 3.1 Dados utilizados

Utilizamos os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), que apresentam mensalmente a contagem dos registros de diversos tipos de crime nas diferentes CISPs da cidade. Apesar de haver dados mais detalhados - que discriminam também os bairros onde se deram as ocorrências - esses microdados são substancialmente mais difíceis de se trabalhar: há um grande volume de informações faltantes, com milhares de registros sem qualquer bairro especificado; centenas de tipos; duplicatas de registros; e outros problemas cujo tratamento, além de custoso, resultaria em perda de informação. Por isso, optamos por fazer uso dos dados menos granulares, mas diretamente utilizáveis.

Nossa análise será focada em quatro tipos de crimes: **Roubos de Rua**, **Roubos de Veículos**, **Total de Roubos** e **Total de Furtos**. Esses crimes foram selecionados por serem exatamente aqueles que o *Operação Segurança Presente* visa combater, haja vista sua proposta de policiamento de proximidade e o patrulhamento ostensivo nas regiões contempladas. Importante notar que: os Roubos de Rua incluem roubos a transeuntes, roubos de celular e roubos em transportes coletivos; o Total de Roubos inclui também outras modalidades, como roubos de estabelecimentos comerciais, roubos residenciais e roubos de carga. Já o Total de Furtos inclui furtos de veículos, furtos a transeuntes, furtos em transportes coletivos, furtos de aparelho celular e furtos de bicicleta.

Utilizamos duas variáveis como controles. A primeira é a área em quilômetros quadrados de cada CISP. A segunda é a população residente em cada CISP. Ambas as séries são disponibilizadas pelo ISP. Juntas, elas servem para controlar os efeitos relacionados à densidade populacional de cada região sobre os índices de criminalidade observados. Apesar de outras variáveis exógenas serem potencialmente desejáveis como controles, não há disponibilidade de outras séries a nível de CISP. Por isso, nos restringimos somente a esses dois controles.

Aplicamos transformações logarítmicas em todas as variáveis, já que isso reduz o efeito de *outliers* e possibilita uma interpretação dos coeficientes estimados como sendo elasticidades. No entanto, como as séries de crimes frequentemente contêm observações iguais a zero, aplicamos nelas a transformação  $\log(1 + y)$ , enquanto nas séries de área e população aplicamos a transformação  $\log(x)$ .

Nossa amostra começa em janeiro de 2010 e termina em julho de 2022. Apesar de haver dados de crimes mais recentes, a série de população por CISP só vai até julho de 2022, de modo que para utilizarmos ela como controle devemos descartar os dados posteriores a essa data. São utilizados dados de todas as CISPs que contém registros completos dos crimes considerados para o período sob análise. No total, nosso painel conta com **19.328 observações** empilhadas de **128 CISPs** diferentes, ao longo de **151**

períodos de tempo.

### 3.2 Bases do Operação Segurança Presente

Mapeamos 49 bases do Operação Segurança Presente até o final de 2024 para montarmos nosso grupo de tratamento. No apêndice deste trabalho apresentamos uma tabela indicando as bases, suas datas de inauguração, suas respectivas CISPs e o município onde se encontram. Como utilizamos os dados discriminados por CISPs, há casos em que mais de uma base é implementada em uma mesma CISPs em períodos distintos. Por exemplo: a 9<sup>a</sup> CISPs recebe uma base do *Operação Segurança Presente* em dezembro de 2015, no Aterro do Flamengo, e outra em Laranjeiras, quatro anos depois, em setembro de 2019. Nesses casos, **tomaremos como data inicial do tratamento o mês em que foi inaugurada a primeira base naquela CISPs**.

### 3.3 Limitações e vieses potenciais

Devemos destacar algumas das limitações de nossos dados. Primeiramente, o fato de tomarmos como data inicial de tratamento o mês em que foi inaugurada a primeira base naquela CISPs pode gerar algum viés em nossas estimativas, já que implica que a intensidade do tratamento irá mudar para algumas unidades conforme o tempo passa. Na prática, é possível, por exemplo, que quatro anos depois de sua implementação em 2015 a base no Aterro pareça exercer um impacto forte sobre os crimes quando, na realidade, isso se deva ao impacto de curto prazo da base de Laranjeiras, inaugurada em 2019. Esses efeitos podem acabar se misturando em nossa especificação. Porém, como são poucos os casos em que isso ocorre, e como estamos mais interessados na efetividade agregada do programa, o efeito não deve ser quantitativamente significativo e nem deve alterar substancialmente nossas conclusões.

Uma outra fonte de viés potencial é o fato de que é bastante conhecido na literatura de criminalidade e violência que registros policiais oficiais tendem a subestimar a real incidência de delitos - principalmente aqueles percebidos como sendo de menor gravidade, como crimes patrimoniais não-violentos. Isso pode causar viés principalmente nas estimativas referentes aos efeitos do programa sobre crimes como furtos. Para crimes mais graves, como roubos, espera-se que o viés potencial seja menor.

Relacionado a esse problema, deve-se notar também que a implementação de bases do *Operação Segurança Presente* pode levar a um aumento da propensão a registrar crimes junto das autoridades, tanto por uma redução do custo de deslocamento para se fazê-lo quanto por um possível aumento de confiança na polícia e expectativa de resposta. Nesse caso, nossas estimativas do ATT sofreriam de um viés positivo, ou seja, potenciais reduções dos crimes poderiam ser mascaradas pelo aumento de registros. Assim como no

caso anterior, espera-se que a magnitude deste viés seja tão menor quanto maior for a gravidade do crime.

Infelizmente, não dispomos de dados alternativos, como pesquisas de vitimização, que permitiram validar nossos achados de maneira independente de registros oficiais. Assim, estudos futuros podem tentar fazê-lo através da pesquisa de múltiplas fontes de informação para isolar o efeito líquido do programa. De qualquer forma, apesar dessas limitações, o presente estudo ainda oferece uma estimativa mais rigorosa do que as demais fornecidas até aqui acerca da efetividade do *Operação Segurança Presente*.

## 4 Metodologia

Utilizaremos o modelo de diferenças em diferenças para múltiplos períodos de Callaway and Sant'Anna (2021). Nesta seção, vamos apresentar de forma sucinta e intuitiva os principais pontos do modelo, referindo o leitor interessado ao artigo original para maiores detalhes.

O arcabouço teórico proposto por Callaway and Sant'Anna (2021) possibilita a análise de políticas públicas em contextos onde há variação no *timing* do tratamento, isto é, o tratamento é iniciado em diferentes períodos de tempo para diferentes grupos de unidades tratadas. O modelo permite o cálculo do Average Treatment Effect (ATT) para diferentes períodos de tempo  $t$  e diferentes períodos de início de tratamento  $g$ . Formalmente, o modelo estima:

$$ATT(g, t) = \mathbb{E}[Y_t(g) - Y_t(0)|G_g = 1] \quad (1)$$

onde  $Y_t(g)$  é o valor do desfecho no período  $t$  das unidades cujo tratamento iniciou-se no período  $g$ ;  $Y_t(0)$  é o desfecho no período  $t$  das unidades não-tratadas; e  $G_g$  é uma variável binária que assume valor igual a 1, caso a unidade tenha começado a receber tratamento em  $g$ ; e 0, caso contrário. Em outras palavras, a estimativa de  $ATT(g, t)$  é a estimativa do efeito médio do tratamento sobre as unidades tratadas, em seu  $t$ -ésimo período, considerando apenas o coorte de unidades cujo tratamento se iniciou no  $g$ -ésimo período.

O modelo de Callaway and Sant'Anna (2021) é particularmente útil para nossa avaliação pois sua abordagem se presta de maneira natural à realização de Estudos de Evento, de forma que seja possível avaliar não só a efetividade do *Operação Segurança Presente* de maneira agregada, como também uma analisar a dinâmica dos efeitos do programa período a período. A implementação do modelo é feita em R através do pacote **did**<sup>3</sup>.

Utilizamos como variáveis de controle a área em  $\text{km}^2$  e a população de cada CISP. O

---

<sup>3</sup>Ver Callaway and Sant'Anna (2025).

método de estimação selecionado é o “*outcome regression*”<sup>4</sup> e o **grupo de controle** utilizado para a construção de contrafactuals é o grupo das **unidades jamais tratadas**. Nossa parâmetro de interesse assume, portanto, a seguinte forma:

$$ATT_{or}^{nev}(g, t) = \mathbb{E} [(Y_t - Y_{g-1}) - m_{g,t}^{nev}(X) | G_g = 1] \quad (2)$$

onde  $(Y_t - Y_{g-1})$  é a diferença observada entre t e g-1 nos grupos de tratamento e  $m_{g,t}^{nev}(X)$  é a diferença esperada do grupo de controle<sup>5</sup>, que pode ser identificada sob a hipótese de tendências paralelas. Deste modo:

$$ATT_{or}^{nev}(g, t) = \mathbb{E}[Y_t - Y_{g-1} | G_g = 1, X] - \mathbb{E}[Y_t(0) - Y_{g-1}(0) | C = 1, X] \quad (3)$$

Ou seja, assim como no caso do DiD 2x2 tradicional, o efeito médio do tratamento no tempo t para unidades no coorte g é dado pela diferença entre a média das diferenças observadas do desfecho para o grupo de tratamento e a média contrafactual dessas mesmas unidades, que sob a hipótese de tendências paralelas corresponde à média das diferenças das unidades de controle. Na prática, primeiro estimamos o parâmetro  $m_{g,t}^{nev}(\cdot; \beta_{g,t}^{nev})$  via regressão linear, e então substituímos essa estimativa na contraparte amostral da Equação 2, estimando o ATT(g,t) para cada par (g,t):

$$\widehat{ATT}(g, t) = \frac{1}{N_g} \sum_{i:G_i=g} (Y_{it} - Y_{i,g-1} - \hat{m}_{or}^{nev}(X))$$

## 5 Resultados

### 5.1 Estudos de Evento

Nesta subseção apresentamos os Estudos de Evento para cada um dos três crimes analisados. Em todos os gráficos apresentados, o eixo y representa o efeito médio do tratamento sobre as unidades tratadas (ATT), estimado conforme descrito na seção anterior. Já no eixo x, estão representados os meses desde o tratamento. Assim, por exemplo, para  $x = 1$ , observaremos no gráfico a média dos efeitos do tratamento 1 mês após seu início. Desse modo, é possível visualizar os efeitos dinâmicos do *Operação Segurança Presente* sobre as CISPs contempladas. O período exibido nos gráficos vai desde três anos anteriores ao início do tratamento até cinco anos após sua implementação.

---

<sup>4</sup>Na prática, as variáveis de controle selecionadas não permitiram o uso do método *doubly robust*, pois geravam scores com valores extremos de 0 ou 1. Por isso, optamos por usar o método de *outcome regression*, que não requer estimativa do score.

<sup>5</sup>C é uma variável indicadora igual a 1 para unidades no grupo de controle (jamais tratadas).

### 5.1.1 Roubos de Rua

Começamos nossa análise pelos Roubos de Rua. Na Figura 1 abaixo podemos ver o Estudo de Evento correspondente. Primeiramente, é possível notar que não há qualquer tendência durante os três anos anteriores ao início do tratamento: os valores do ATT oscilam sem nenhum padrão discernível e os intervalos de confiança a 95% parecem sempre englobar o valor zero. Isso sugere que durante esse período tanto o grupo de controle quanto o grupo de tratamento estavam evoluindo de maneira semelhante, o que reforça a hipótese de paralelismo de tendências necessária para a identificação dos efeitos do tratamento. Este comportamento adequado é recorrente em todas as séries analisadas.

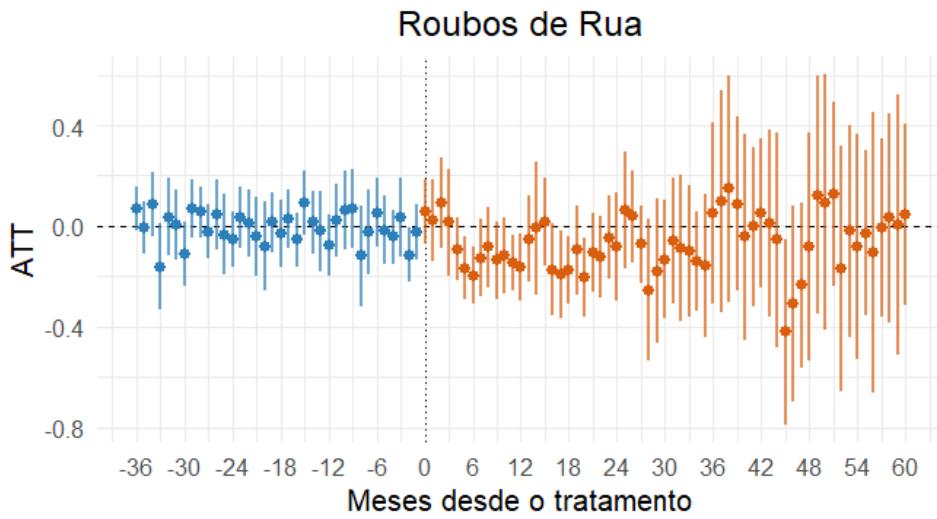


Figura 1: Estudo de Evento - Roubos de Rua.

Após a implementação do programa, é possível observar um efeito de redução sobre nossa variável de interesse: o ATT, que oscila em torno de zero ao longo de todo o período pré-tratamento, passa a assumir valores entre 0 e -0.25 nos dois primeiros anos após o tratamento. A partir de então, os efeitos parecem se tornar mais instáveis e voltam a oscilar em torno de zero até o quinto ano pós-tratamento. O efeito agregado do programa ao longo do período de 5 anos de exposição ao tratamento é de -6,7% sobre os Roubos de Rua, mas não é estatisticamente significativo, e o intervalo de confiança de 95% abrange efeitos que vão desde uma redução de 22,1% até um aumento de 9,4%.

Janela	ATT	Desvio-padrão	IC 95%	Significativo
1-12 meses	-0.09	0.05	[-0.19, 0.00]	Não
13-24 meses	-0.10	0.07	[-0.24, 0.03]	Não
25-36 meses	-0.09	0.09	[-0.28, 0.09]	Não
37-48 meses	-0.07	0.16	[-0.39, 0.25]	Não
49-60 meses	-0.01	0.17	[-0.35, 0.33]	Não
1-60 meses	-0.07	0.08	[-0.25, 0.09]	Não

Tabela 1: Resultados do tratamento para Roubos de Rua.

Esse padrão é refletido numericamente na Tabela 1. É possível notar reduções dos Roubos de Rua da ordem de 9% nos dois primeiros anos com intervalos de confiança que, apesar de incluírem o zero, são bastante assimétricos à esquerda, o que sugere que *alguma* redução dos crimes é provável. A partir do terceiro ano, porém, esses efeitos começam a se esvanecer e os intervalos de confiança tornam-se mais amplos, de modo que não há mais evidências de efeito. Portanto, os resultados parecem sugerir que o *Operação Segurança Presente* pode ser eficaz no curto prazo, mas não no médio e longo prazo para a contenção dos Roubos de Rua.

### 5.1.2 Roubos de Veículos

Na Figura 2 podemos analisar a dinâmica do efeito do tratamento sobre a quantidade de Roubos de Veículos. Novamente, a hipótese de paralelismo de tendências parece ser chancelada pela estacionariedade da série durante o período pré-tratamento. Uma vez mais a figura parece sugerir também que há uma redução consistente nos Roubos de Veículo que pode ser associada ao *Operação Segurança Presente*. Ao contrário do caso dos Roubos de Rua, porém, esse efeito parece ser mais prolongado, mantendo-se até o quarto ano pós-tratamento.

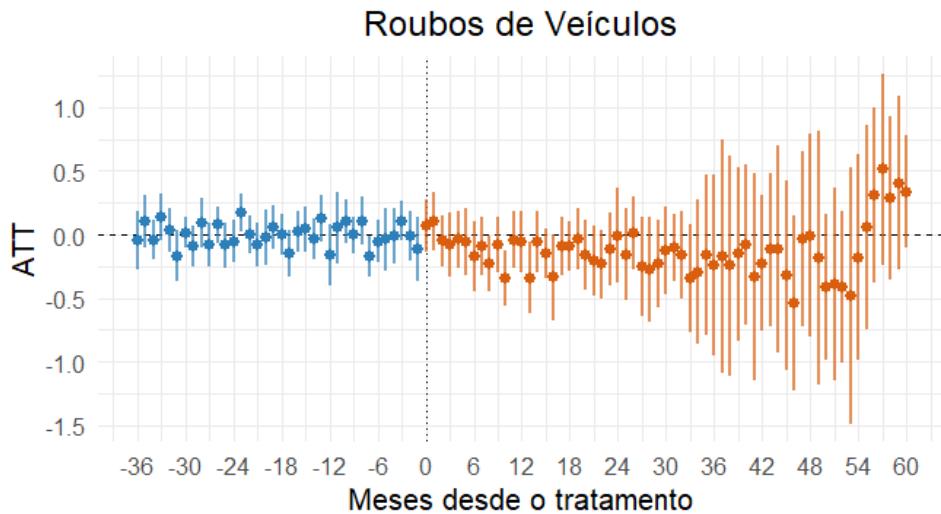


Figura 2: Estudo de Evento - Roubos de Veículos.

A Tabela 2 apresenta as estimativas encontradas para os Roubos de Veículos. Como é possível notar, os ATTs estimados indicam reduções que variam entre -8,6% no primeiro ano e -18,1% no terceiro ano. A partir do terceiro e, especialmente, do quarto ano, os intervalos de confiança tornam-se excessivamente amplos, colocando em dúvida a existência de fato de efeitos do programa. Finalmente, deve-se notar que o efeito médio agregado ao longo do tempo é de uma redução de -12,1%, mas o valor é estatisticamente insignificante a um nível de 5%, pois se situa dentro de um intervalo de confiança bastante amplo.

Janela	ATT	Desvio-padrão	IC 95%	Significativo
1-12 meses	-0.09	0.09	[-0.27, 0.08]	Não
13-24 meses	-0.15	0.10	[-0.36, 0.04]	Não
25-36 meses	-0.20	0.19	[-0.59, 0.18]	Não
37-48 meses	-0.20	0.35	[-0.91, 0.49]	Não
49-60 meses	-0.01	0.25	[-0.51, 0.47]	Não
1-60 meses	-0.13	0.17	[-0.47, 0.20]	Não

Tabela 2: Resultados do tratamento para Roubos de Veículos.

### 5.1.3 Total de Roubos

Agora analisamos o efeito do *Operação Segurança Presente* sobre todos os tipos de roubo ocorridos no Estado. Os resultados encontrados no Estudo de Evento são exibidos na Figura 3. Assim como nos demais casos, a hipótese de tendências paralelas durante o período de pré-tratamento parece encontrar respaldo empírico. Além disso, aqui é possível observar um padrão similar ao de Roubos de Rua: uma redução de crimes ocorre nos dois primeiros anos após o início do tratamento - mas então há um retorno aos níveis iniciais de crimes.

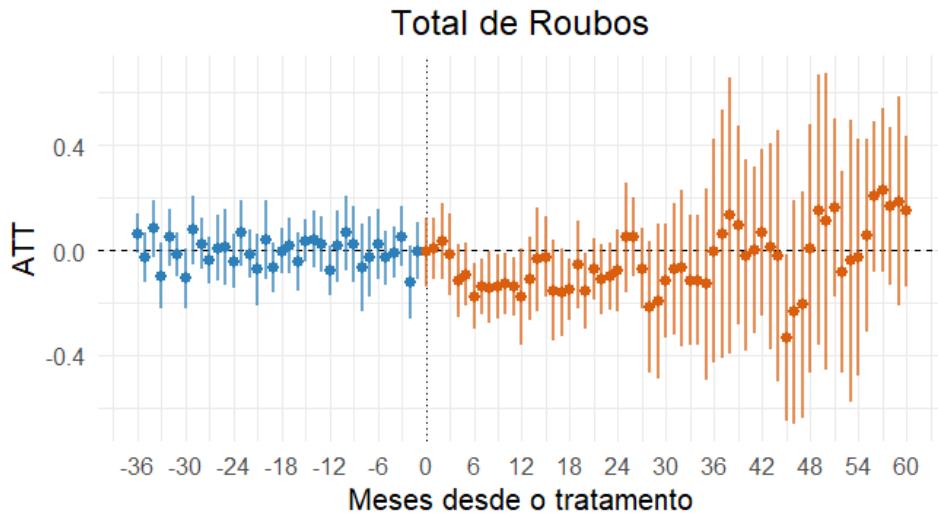


Figura 3: Estudo de Evento - Total de Roubos.

Como é possível notar na Tabela 3, há uma redução estatisticamente significativa no primeiro ano pós-tratamento. Ademais, é provável que haja efeitos também durante o segundo ano, já que o intervalo de confiança correspondente tem como zero o seu extremo superior. Do terceiro ano em diante, os ATTs estimados passam a estar dentro de intervalos demasiadamente amplos - e os efeitos estimados a partir do quinto ano são positivos. O efeito médio ao longo dos cinco anos pós-implementação, além de estatisticamente insignificantes, são também quantitativamente modestos: uma redução de pouco menos de 5%.

Janela	ATT	Desvio-padrão	IC 95%	Significativo
1-12 meses	-0.10	0.04	[-0.19, -0.01]	Sim
13-24 meses	-0.10	0.05	[-0.21, 0.0]	Não
25-36 meses	-0.09	0.09	[-0.28, 0.10]	Não
37-48 meses	-0.04	0.20	[-0.44, 0.34]	Não
49-60 meses	0.09	0.15	[-0.20, 0.38]	Não
1-60 meses	-0.05	0.08	[-0.21, 0.11]	Não

Tabela 3: Resultados do tratamento para Total de Roubos.

Infere-se portanto que o *Operação Segurança Presente* é, em média, capaz de reduzir o Total de Roubos nos dois anos subsequentes à sua implementação - perdendo eficácia a partir de então.

#### 5.1.4 Total de Furtos

Finalmente, analisamos os efeitos de tratamento sobre o Total de Furtos. Ao contrário do observado para as diversas modalidades de roubos, não parece haver qualquer efeito - nem mesmo no curto prazo - de redução de furtos que possa ser atribuído ao *Segurança Presente*. De fato, nos primeiros dois anos pós-implementação os ATTs estimados permanecem estacionários em torno de zero. A partir do vigésimo-quarto mês, porém, é possível notar nítida piora dos Furtos, com ATTs positivos para todos os meses subsequentes.

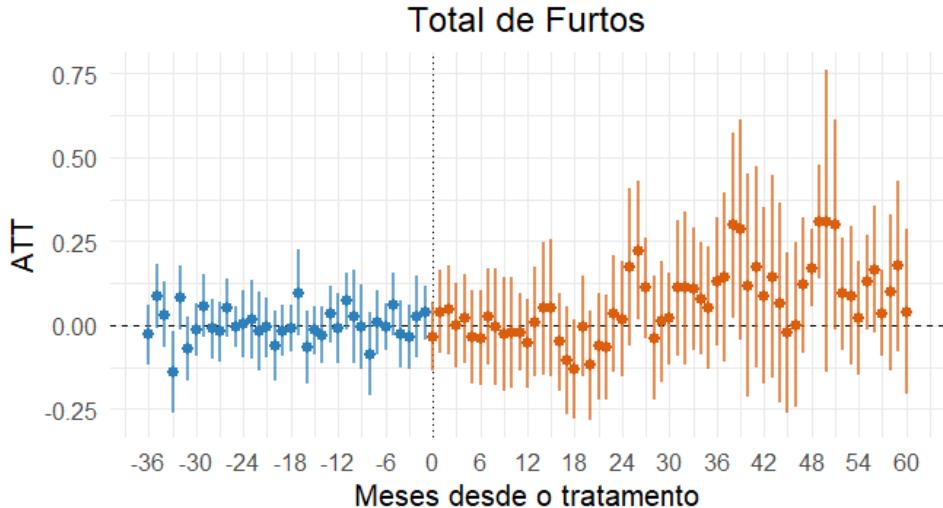


Figura 4: Estudo de Evento - Total de Furtos.

A Tabela 4 apresenta as estimativas correspondentes. Fica clara a ausência de efeitos do programa sobre os furtos: o ATT estimado só é negativo para o segundo ano pós-implementação - e mesmo nesse caso o intervalo de confiança é amplo demais para que o efeito possa ser considerado significativo. Portanto, não parece haver evidências de eficácia do programa no que se refere a esse tipo de crime - nem no curto e nem no longo prazo.

Janela	ATT	Desvio-padrão	IC 95%	Significativo
1-12 meses	0.00	0.06	[-0.12, 0.11]	Não
13-24 meses	-0.03	0.06	[-0.15, 0.09]	Não
25-36 meses	0.08	0.06	[-0.04, 0.21]	Não
37-48 meses	0.12	0.09	[-0.05, 0.30]	Não
49-60 meses	0.13	0.06	[-0.00, 0.26]	Não
1-60 meses	0.06	0.05	[-0.04, 0.16]	Não

Tabela 4: Resultados do tratamento para Total de Furtos.

## 5.2 Agregação por Coortes

Nesta subseção realizamos estudos de evento similares aos anteriores, porém, discriminando nossa análise para dois grandes coortes. O primeiro abarcando todas as unidades do *Operação Segurança Presente* que foram inauguradas até dezembro de 2018 e o segundo as unidades implementadas de janeiro de 2019 em diante.

Há alguns pontos que justificam essa separação. Primeiramente, como já foi abordado na introdução, o modelo de financiamento do *Operação Segurança Presente* sofreu uma grande modificação no ano de 2018. Inicialmente financiado através de um convênio tripartite entre Governo do Estado, Prefeitura e iniciativa privada (por meio da Fecomércio), esse arranjo viria a ser contestado pela Controladoria Geral da União no ano de 2018, o que fez com que a Fecomércio cessasse sua contribuição para o financiamento das operações, colocando a continuidade do programa em xeque.

Em 2018, o Governo do Estado optou por assegurar a continuidade do programa até o final do ano, mas se absteve de expandir sua estrutura: apenas uma única base foi inaugurada no ano, no final de dezembro, como pode ser visto na Tabela 6. De 2019 em diante, o *Operação Segurança Presente* passou a ser financiado integralmente pelo Governo do Estado, o que marcou uma transformação significativa do ponto de vista da governança do programa.

O segundo ponto que justifica a separação dos coortes entre os períodos até final de 2018 e a partir de 2019 é o seu processo de expansão. Entre 2014 e 2018, o Segurança Presente tinha sua atuação restrita a um punhado de bairros predominantemente localizados na Zona Sul da capital fluminense, como Copacabana, Lagoa, Aterro do Flamengo e Leblon. Em que pese a inauguração de bases em Niterói - em parceria com a Prefeitura da cidade - em dezembro de 2017, foi somente a partir de 2019 que o *Segurança Presente* passou a ser expandido de maneira agressiva não só para outras regiões da cidade, mas também para diversos outros municípios do Estado. De fato, como pode ser constatado a partir do exame da Tabela 6, entre janeiro de 2014 e dezembro de 2018 foram inauguradas apenas 12 bases do *Operação Segurança Presente* no Estado - nove das quais na Zona Sul e no Centro da capital fluminense. Já entre janeiro de 2019 e dezembro de 2024, foram 37 bases inauguradas no Estado - 25 delas em outros municípios.

Finalmente, janeiro de 2019 marca também o início uma nova gestão no Governo do Estado do Rio de Janeiro sob a liderança do recém-empossado Wilson Witzel. Com um discurso fortemente pautado pela segurança pública e a adoção de uma postura combativa à violência, o então governador foi um dos principais proponentes por trás da decisão de expandir agressivamente o *Operação Segurança Presente* pelo Estado. Em abril de 2021, Wilson Witzel sofreu *impeachment* em decorrência de diversas suspeitas de corrupção, tendo assumido o seu vice-governador Cláudio Castro - que seria reeleito para o cargo em 2022. A turbulência política e a substituição de Witzel por Castro, no entanto, não alterou a estratégia de expansão do *Operação Segurança Presente*.

Nosso intuito, portanto, é aferir se há distinção entre os efeitos do *Operação Segurança Presente* no que se refere a essas duas fases do programa: uma mais pontual e gradativa, focada principalmente em áreas de renda mais elevada e de alta densidade populacional, e financiada parcialmente pela iniciativa privada; e outra de expansão acelerada para regiões mais vulneráveis financiada somente pelo poder público.

Importante notar que: como utilizamos dados somente até 2022 - já que a série de população das CISPs, que é usada como controle, é interrompida em julho desse ano - e um dos coortes é composto por bases inauguradas a partir de 2019, nossos estudos de evento nesta subseção consideram um recorte de apenas três anos como período de pós-implementação.

### 5.2.1 Características observáveis dos coortes

Na tabela abaixo apresentamos algumas estatísticas descritivas dos coortes utilizados em nossa análise, calculadas ao longo do período pré-tratamento. Apresentamos o número de CISPs em cada coorte, a população média (em milhares), assim como a média de cada tipo de crime.

Tabela 5: Características Observáveis Pré-Tratamento por Coorte

Coorte	N	Pop (mil)	Roubo Rua	Roubo Veículo	Total Roubos	Total Furtos
Controle	89	106.0	47.1	18.8	83.0	68.2
Até 2018	9	97.4	82.8	9.1	118.0	314.0
2019+	30	202.0	88.7	31.1	149.0	151.0

Como era de se esperar, a Tabela 5 revela diferenças significativas entre os coortes. As CISPs tratadas no coorte 2019+ apresentam população média superior ao dobro do coorte inicial (202 mil vs. 97 mil habitantes), assim como perfis distintos de criminalidade. De fato, os roubos de veículo são 3,4 vezes maior no coorte 2019+, mas os furtos são aproximadamente metade do observado no coorte Até 2018. Em outras palavras, o programa inicialmente concentrou-se em áreas de menor população e extensão (bairros da Zona Sul, com alta densidade populacional mas extensão geográfica reduzida), enquanto a expansão pós-2019 priorizou áreas periféricas populosas da Baixada Fluminense e mu-

nicípios do interior. O perfil criminal também difere: coorte inicial tinha alta incidência de furtos (crimes de menor gravidade), enquanto 2019+ enfrenta mais roubos de veículo (crime mais grave e violento).

Estas diferenças sugerem que eventuais disparidades de efeitos entre coortes podem refletir não apenas diferenças de eficácia do programa, mas também características distintas das áreas onde retornos marginais de policiamento adicional são diferentes.

### 5.2.2 Roubos de Rua

Começamos pelos Roubos de Rua. Como é possível ver na Figura 5, a hipótese de tendências paralelas é válida para ambos os coortes. Entretanto, apenas para o coorte de 2019 em diante é que são identificados efeitos de redução de crimes pelo *Operação Segurança Presente*. De fato, há uma tendência de queda nos Roubos de Rua para esse coorte que se sustenta por todos os três anos contemplados no período pós-implementação, ao contrário dos ATTs estimados para o coorte até 2018, que não apresentam efeito algum.

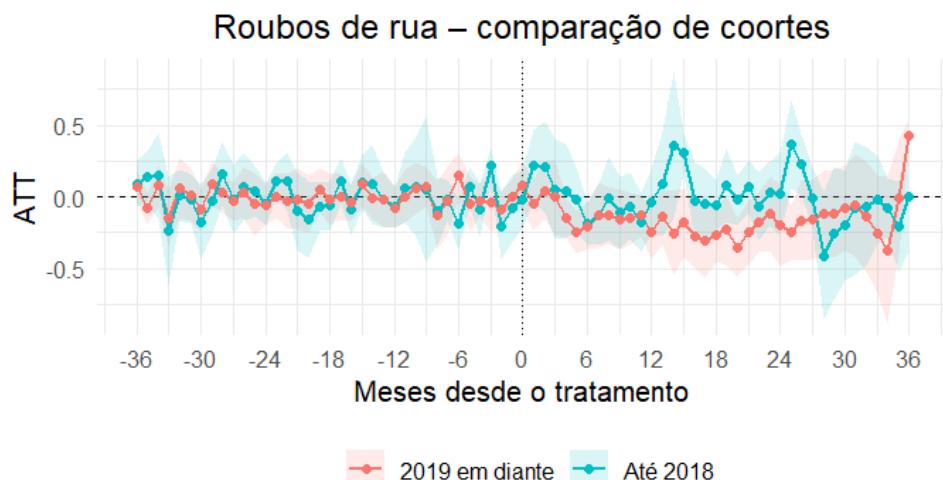


Figura 5: Estudo de Evento por Coorte - Roubos de Rua.

### 5.2.3 Roubos de Veículo

O padrão parece se repetir quando consideramos os Roubos de Veículos. Como podemos notar na Figura 6, durante o período pré-implementação as séries de ambos os coortes caminham juntas, estacionárias em torno de zero. Após o início do tratamento, contudo, há um nítido descolamento das séries, com redução dos Roubos de Veículo no coorte de 2019 em diante e nenhum efeito detectável no outro coorte.

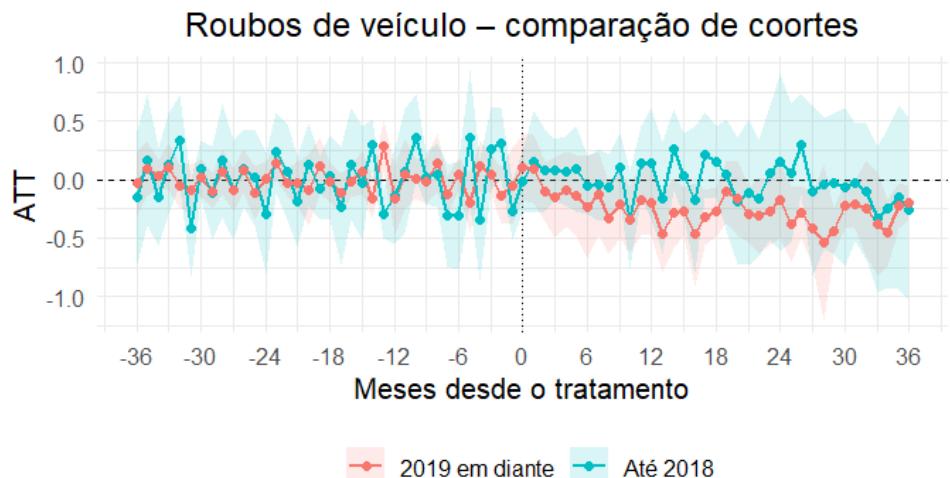


Figura 6: Estudo de Evento por Coorte - Roubos de Veículos.

#### 5.2.4 Total de Roubos

Agora detemos nossa análise sobre o Total de Roubos, expostos na Figura 7. Mais uma vez é possível notar que enquanto ambos os coortes apresentavam comportamentos semelhantes no período pré-implementação, o período pós-implementação é marcado pela existência de efeitos do *Operação Segurança Presente* sobre o Total de Roubos no coorte 2019 em diante e nenhum efeito discernível no coorte até 2018.

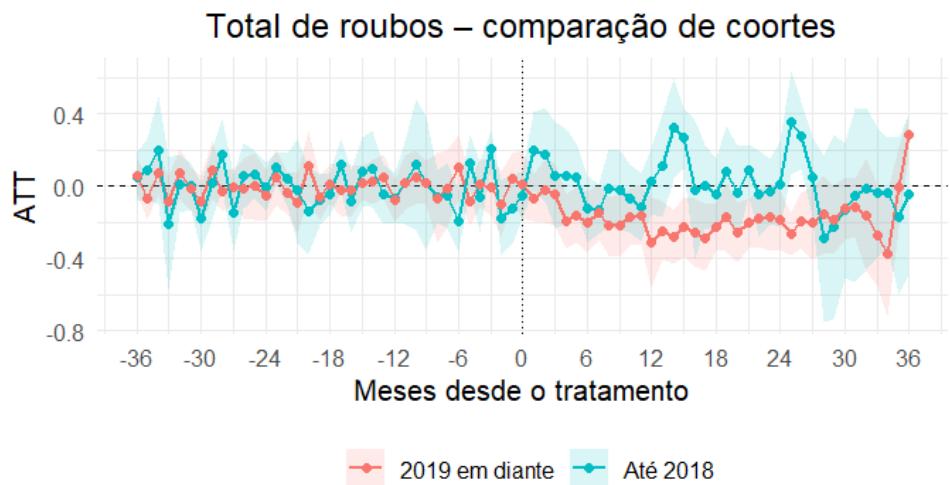


Figura 7: Estudo de Evento por Coorte - Roubos de Veículos.

#### 5.2.5 Total de Furtos

Finalmente, apresentamos o Estudo de Eventos segregado por coorte para o Total de Furtos na Figura 8. O padrão detectado anteriormente se repete uma vez mais. Na realidade, este caso é ainda mais dramático, pois além da redução que pode ser observada após a implementação do programa no coorte de 2019 em diante, o coorte até 2018 apresenta, pelo contrário, um aumento no número de furtos - a despeito da implementação

do programa.

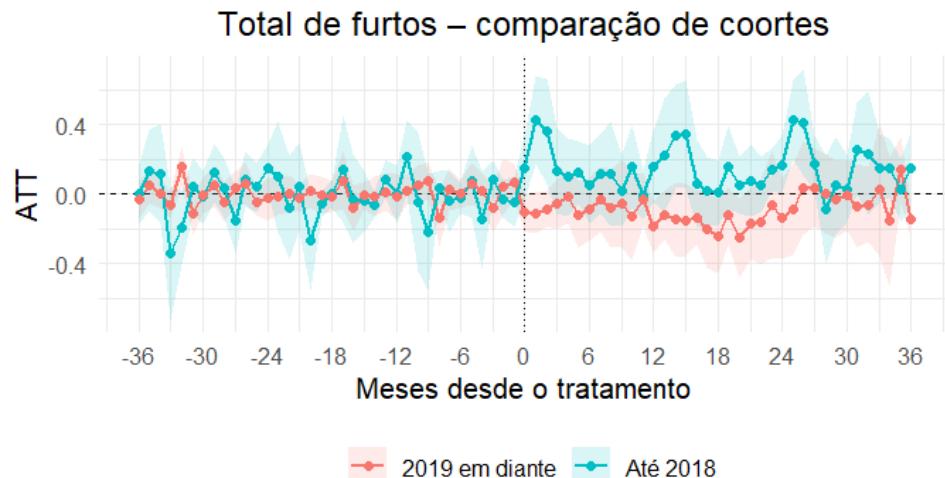


Figura 8: Estudo de Evento por Coorte - Total de Furtos.

### 5.3 Deslocamento espacial e efeitos de *spillover*

Uma limitação importante de nossa análise é a ausência de testes formais para o deslocamento espacial de crime (crime migrando para CISPs vizinhas não-tratadas) ou difusão de benefícios (*spillovers* positivos para áreas adjacentes).

O contexto do Rio de Janeiro sugere algum potencial para o deslocamento. Primeiro porque o programa atua predominantemente em áreas urbanas de alta densidade, com mobilidade criminal relativamente fácil - distâncias curtas entre CISPs, transporte público integrado, etc. Segundo porque os efeitos encontrados concentram-se em roubos - crimes de oportunidade que a literatura indica serem mais propensos a deslocamento. Por outro lado, também há razões para esperar *spillovers* positivos. Se o programa gera percepção de “mais polícia” para além das áreas imediatamente patrulhadas, é possível haver difusão de um efeito deterrente. Ademais, se os agentes do Operação Segurança Presente ocasionalmente patrulham áreas adjacentes, ou se há coordenação com PM regular, os potenciais benefícios do programa podem extravasar limites das CISPs tratadas.

A ausência de testes de *spillover* implica que nossos ATTs estimados devem ser interpretados como *efeitos diretos nas unidades tratadas*, e não necessariamente *efeitos líquidos agregados* do programa, considerando o equilíbrio espacial do crime.

### 5.4 Análise custo-benefício

Uma avaliação completa do *Operação Segurança Presente* requereria não só a estimação de seus efeitos, mas também a comparação de tais efeitos vis-à-vis os investimentos públicos executados para a execução da política pública. Entretanto, uma análise do tipo é inviabilizada pela ausência crônica de transparência orçamentária do programa -

problema já documentado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2020). Não há informações disponíveis sobre os gastos agregados do programa. Até mesmo consultas às leis orçamentárias do Estado revelam tão somente uma modesta previsão de gastos a serem executados no programa através de um “Fundo Estadual de Fomento à Operação Segurança Presente”, cuja dotação prevista para o ano de 2025 era de apenas 51 mil reais.

Dessa forma, uma estimativa precisa dos gastos com o programa não é possível. No entanto, vale a pena notar que, em julho de 2024, reportagem do jornal O Globo mostrou que um contrato firmado entre a secretaria de Estado e a Polícia Militar do Rio de Janeiro reservava uma quantia de R\$ 478 milhões para o financiamento de diárias de agentes do programa pelos próximos dois anos. O valor de R\$ 239 milhões ao ano, contudo, cobre apenas pagamento de diárias para PMs voluntários. Ou seja, o valor não inclui:

- Policias militares fixos cedidos à Secretaria de Governo;
- Agentes civis contratados;
- Custos operacionais (viaturas, combustível, equipamentos, comunicação);
- Infraestrutura (manutenção das mais de 50 bases físicas);
- Custos administrativos e de coordenação

Portanto, ainda que uma estimativa precisa dos custos gerais do programa não seja possível, fica clara a sua larga dimensão dentro do orçamento do Governo do Estado, que para 2026 prevê pouco mais de R\$ 19 bilhões para a área de segurança pública - o que ressalta ainda mais a necessidade de investigações acerca de sua efetividade e de maior transparência em relação aos gastos com a iniciativa, que já funciona há mais de dez anos.

## 6 Conclusão

### 6.1 Síntese dos resultados principais

Encontramos evidências de que o *Operação Segurança Presente* exerce efeito modesto de redução sobre roubos - da ordem de 9-10% - mas apenas no curto prazo (1-2 anos pós-implementação) e sem significância estatística robusta. Além disso, os efeitos desaparecem completamente a partir do terceiro ano pós-implementação. Não há evidência de impacto sobre furtos em qualquer horizonte temporal.

A magnitude dos efeitos estimados é substancialmente menor que benchmarks internacionais. A meta-análise de Braga et al. (2019) documenta reduções entre 20% e 70% em roubos para programas de policiamento em *hotspots*, o que sugere que o Segurança Presente é, na melhor das hipóteses, modestamente eficaz em padrões internacionais.

Já no que se refere à comparação nacional, nossos resultados se assemelham àqueles de Cardoso (2024) sobre o programa *RS Seguro*, que também são modestos e heterogêneos. O paralelo mais notável, porém, é aquele com o programa *Pacto pela Vida*, de Neto et al. (2022): ambos os programas apresentam um padrão de eficácia temporária, seguida de uma dissipação dos efeitos positivos sobre a segurança.

## 6.2 Heterogeneidade de Efeitos

O resultado mais interessante de nossa análise é a disparidade entre os efeitos estimados para o coorte de bases inauguradas entre 2014-2018 (isto é, nenhum efeito - nem mesmo no curto prazo) e para o coorte de bases inauguradas de 2019 em diante, que mostram reduções consistentes nos primeiros 2-3 anos pós-implementação do tratamento. Aqui, sugerimos duas possíveis justificativas para esses resultados.

Primeiramente, é possível que, como o coorte inicial se concentrou em bairros nobres da Zona Sul da capital (Copacabana, Leblon, Ipanema, Lagoa), que já recebiam recursos policiais abundantes, a adição de patrulhamento proporcionada pelo *Operação Segurança Presente* tenha gerado retornos marginais muito baixos em termos de redução da criminalidade. Já o coorte pós-2019, que expandiu o programa para áreas periféricas de maior vulnerabilidade, pode ter apresentado resultados significativos justamente por englobar áreas onde a presença policial adicional exerce impacto marginal maior.

Em segundo lugar, pode ser o caso em que a intensidade de tratamento tenha variado de um coorte para o outro. Como foi discutido anteriormente, o ano de 2018 representou uma transição do modelo de gerenciamento e financiamento do programa, que passou a ser de responsabilidade integral do governo do Estado e tornou-se a principal bandeira da gestão na área da segurança pública. Com isso, é possível que as unidades do coorte pós-2019 operem com maior intensidade (mais agentes, mais horas de patrulhamento, etc.) do que as unidades do coorte 2014-2018. Infelizmente, a ausência de dados operacionais não permite que testemos esta hipótese.

## 6.3 Observações finais

As evidências encontradas em nosso estudo, quando consideradas em conjunto, mostram que o *Operação Segurança Presente* é capaz de mitigar a ocorrência de roubos no curto prazo, mas que tais efeitos não são duradouros e nem são homogêneos no espaço. Em particular, a efetividade do programa só encontra respaldo empírico quando detemos nossa análise sobre áreas economicamente carentes e mais vulneráveis, onde a criminalidade é tipicamente mais expressiva - e mesmo assim durante um período restrito de tempo: somente ao longo dos dois ou três primeiros anos após seu início.

Isso sugere que o programa tem, sim, o potencial de mitigar e combater os crimes de rua - notadamente os roubos. Entretanto, sua eficácia depende de uma alocação eficiente

de recursos, que focalize áreas mais vulneráveis a violência. Ademais, deve ser investigado também o porquê dos efeitos estimados se restringirem ao curto e médio prazo, de modo que a operação possa ser adaptada para manter os ganhos verificados no curto prazo por períodos mais extensos de tempo.

## Referências

- Braga, A. A., Turchan, B., Papachristos, A. V., and Hureau, D. M. (2019). Hot spots policing of small geographic areas effects on crime. *Campbell Systematic Reviews*. Updated Systematic Review.
- Braga, A. A., Welsh, B. C., and Schnell, C. (2015). Can policing disorder reduce crime? a systematic review and meta-analysis. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 52(4):567–588.
- Callaway, B. and Sant'Anna, P. H. (2021). Difference-in-differences with multiple time periods. *Journal of Econometrics*, 225(2):200–230.
- Callaway, B. and Sant'Anna, P. H. C. (2025). *did: Treatment Effects with Multiple Periods and Groups*. R package version 2.1.2.
- Cardoso, E. N. (2024). Gestão por Resultados Reduz Crime? Evidências do Programa RS Seguro. Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Economia.
- Goodman-Bacon, A. (2021). Difference-in-differences with variation in treatment timing. *Journal of Econometrics*, 225(2):254–277.
- Magaloni, B., Franco, E., and Melo, V. (2015). Killing in the slums: An impact evaluation of police reform in rio de janeiro. Working Paper 556, Stanford Center for International Development.
- Monteiro, J., Weintraub, M., and Mancha, A. (2024). Avaliação de impacto do programa de policiamento do raio, ceará, br. Working paper, FGV EBAPE.
- Neto, R. S., Ratton, J. L., de Menezes, T. A., and Monteiro, C. M. G. (2022). Políticas públicas e redução da criminalidade: Uma avaliação do programa pacto pela vida do estado de pernambuco. *Economia Aplicada*, 26(2):175–202.
- Souza, A. P. and Lima, L. (2025). Avaliação de impacto: Método de diferenças-em-diferenças. Relatório técnico, FGV CLEAR.

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2020). Relatório de auditoria governamental: Processo tce-rj nº 101.262-6/20. Relatório de auditoria, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Gabinete do Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento.

## A Bases do Operação Segurança Presente

A tabela abaixo apresenta a relação completa das 49 bases do Operação Segurança Presente mapeadas até o final de 2024, incluindo datas de inauguração, CISPs correspondentes e municípios.

Tabela 6: Bases do Segurança Presente no ERJ até 2024

BASES	INAUGURAÇÃO	CISP	MUNICÍPIO
Lapa	01/01/2014	5	Rio de Janeiro
Aterro	01/12/2015	9	Rio de Janeiro
Lagoa	01/12/2015	15	Rio de Janeiro
Méier	01/12/2015	23	Rio de Janeiro
Centro Alfa	04/07/2016	1	Rio de Janeiro
Centro Bravo	16/07/2016	5	Rio de Janeiro
Centro Charlie	26/07/2016	5	Rio de Janeiro
Centro Delta	01/10/2016	1	Rio de Janeiro
Copacabana	03/12/2017	12 e 13	Rio de Janeiro
Niterói Centro	15/12/2017	76	Niterói
Niterói Icaraí	15/12/2017	77	Niterói
Leblon	20/12/2018	14	Rio de Janeiro
Ipanema	03/01/2019	14	Rio de Janeiro
Tijuca	03/01/2019	18	Rio de Janeiro
Nova Iguaçu	16/08/2019	52	Nova Iguaçu
Laranjeiras	06/09/2019	9	Rio de Janeiro
Bangu	20/09/2019	34	Rio de Janeiro
Botafogo	04/10/2019	10	Rio de Janeiro
Austin	30/10/2019	58	Nova Iguaçu
Caxias	14/11/2019	59	Duque de Caxias
Barra da Tijuca	29/11/2019	16	Rio de Janeiro
Recreio	19/12/2019	42	Rio de Janeiro
Grajaú - Vila Isabel	20/12/2019	20	Rio de Janeiro
São Gonçalo	24/01/2020	72	São Gonçalo
Itaguaí	12/08/2020	50	Itaguaí

*Continuação da Tabela 6*

BASES	INAUGURAÇÃO	CISP	MUNICÍPIO
Magé / Piabetá	12/08/2020	65 e 66	Magé
Niterói Região Oceânica	22/10/2020	79 e 81	Niterói
Paracambi	07/04/2021	51	Paracambi
Engenheiro Pedreira	01/06/2021	63	Japeri
Japeri	01/06/2021	63	Japeri
Seropédica	22/11/2021	48	Seropédica
Queimados	14/01/2022	55	Queimados
Itaboraí	14/01/2022	71	Itaboraí
Campos de Goytacazes	15/01/2022	134	Campos
Miguel Couto	13/03/2022	58	Nova Iguaçu
Macaé	25/03/2022	123	Macaé
Três Rios	30/03/2022	108	Três Rios
Teresópolis	30/03/2022	110	Teresópolis
Barra do Piraí	02/06/2022	88	Barra do Piraí
Volta Redonda	02/06/2022	93	Volta Redonda
Nilópolis	12/01/2023	57	Nilópolis
Mesquita	29/05/2023	53	Mesquita
Petrópolis	01/11/2023	105	Petrópolis
Ilha do Governador	01/12/2023	37	Rio de Janeiro
Miguel Pereira	22/03/2024	96	Miguel Pereira
Galeão - Ilha	10/07/2024	37	Rio de Janeiro
Del Castilho	15/08/2024	44	Rio de Janeiro
Campo Grande	06/12/2024	35	Rio de Janeiro
Guapimirim	09/12/2024	67	Guapimirim